

Fernando Molica

O projeto e as facções na Câmara

Na ânsia de derrotarem o governo e de surfarem na onda de soluções simplórias para o complexo tema da violência, deputados aprovaram um substitutivo de projeto de lei contra facções que poderá mandar alguns deles para a cadeia. A caracterização desse tipo de organização criminosa tem como enquadrar grupos que atuam no Congresso.

O texto aprovado, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pega pesado com grupos que se utilizem de “grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades”. Não seria difícil incluir no conceito de grave ameaça as pressões feitas por parlamentares contra o Poder Executivo para aprovarem este ou aquele projeto.

Ao definirem penas muito duras para casos de “infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais”, suas excelências devem ter tirado o sono de muita gente que ocupa cargos da Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, destino preferido de emendas que erguem e sustentam torres da corrupção brasileira.

Também não seria difícil enquadrar como resultado de “grave ameaça” e de “atuação di-

reta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais” a pressão exercida sobre dois gerente da Caixa Asset para que aprovassem a compra de papéis micados do Banco Master. Ao se negarem, os dois perderam seus cargos: a direção da Caixa foi entregue a indicados por um consórcio de integrantes do Centrão.

Logo de cara, o projeto aprovado por larga maioria criminaliza aquele bloqueio da Mesa da Câmara feito por parlamentares do PL que queriam apressar a anistia. O projeto, que agora será examinado pelo Senado, considera crime “restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico”. Ou seja, miraram nas ocupações feitas pelo MST, mas botaram os próprios pescoços na reta.

É fundamental criar mecanismos para coibir organizações cada vez mais sofisticadas, excelente também que, talvez de forma involuntária, o projeto dê margem para processar e punir agentes públicos — políticos, policiais, magistrados — que se valem de seu poder para sequestrar o Estado, para impor seus interesses por meio de pressões indevidas, as tais graves ameaças.

A revisão de pontos da progressão penal também é necessária, chega a ser ofensivo que condenados por crimes graves possam deixar o regime fechado depois de cumprido um sexto da pena; mas é irônico aumentar o rigor quando, na outra ponta, deputados discutem um jeito de diminuir a pena dos que atentaram contra o maior dos nossos bens coletivos, a democracia, base de todos os direitos.

Mas a ânsia punitiva também dá margem para exageros, como o agravamento das punições para integrantes de organizações criminosas. Estabelecida de maneira genérica, punirá não apenas os chefes dessas quadrilhas, mas também jovens envolvidos com o tráfico, muitas vezes encarregados de tarefas que sequer exigem o uso de armas.

São, de um modo geral, pessoas pobres que tiveram poucas oportunidades na vida e foram vítimas de racismo — OK, isso não é motivo para perdoar seus crimes, mas cabe ao legislador ter o cuidado para não cometer o erro de pesar excessivamente a mão e assim impedir qualquer projeto de reinserção social. A política está cheia de exemplos de gente que foi condenada, cumpriu pena e conseguiu voltar para a vida institucional. Não seria justo impedir que outros brasileiros, que ganharam muito menos com o crime, tenham a mesma chance.

Tales Faria

Lula diz que Alcolumbre não defenderá derrubada de Messias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a aliados que o Senado aprovará o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da República afirma entender que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), torcesse pela indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga, mas que não podia abrir mão de Messias.

Lula diz não acreditar que Alcolumbre trabalhará pela recusa do nome de Messias pelos senadores, na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

O presidente vê Alcolumbre como um aliado, a quem já deu “várias demonstrações de prestígio”. A maior delas foi a pressão para a possível exploração de Petróleo na Margem Equatorial, próxima ao Amapá.

Mas, segundo Lula, a indicação de ministros do STF é uma atribuição exclusiva do presidente da República.

Na verdade, desde a crise do Mensalão, no seu segundo governo, Lula decidiu que, quando tivesse outra oportunidade, não abriria mão de nomear ministros para o Supremo de sua “total confiança”.

Ele não teve esta oportunidade na época

do Mensalão. Mas agora, nesta sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, é assim que o presidente tem se pautado nas escolhas pata o STF. Indicou seu advogado pessoal, Cristiano Zanin, seu ministro da Justiça, Flávio Dino, assim como o próprio Jorge Messias.

“Gato escaldado tem medo de água fria”, tem dito Lula sempre que defendem a indicação de nomes com os quais não tenha uma ligação pessoal forte.

Lula lembra que boa parte dos ministros do STF da época do Mensalão foram nomeados por ele quando presidente. Naquela época, não levou em conta ligações pessoais. Mas os ministros acabaram por condená-lo, só voltando atrás após as revelações pela Vaza-Jato de que o juiz Sérgio Moro manipulou o julgamento.

Mesmo assim, quando comunicou a Rodrigo Pacheco que ele não seria indicado, e sugeriu que ele concorresse a governador de Minas Gerais, Lula disse ao senador que haveria “uma próxima oportunidade” para sua nomeação.

Apesar do otimismo do presidente em relação a Alcolumbre, é grande a apreensão entre petistas. O Senado tem sido visto como uma barreira contra as decisões da Câmara que prejudicam o governo.

Neste momento, o presidente da Câmara, Hugo Motta [Republicanos-PB], é visto no Palácio do Planalto como um aliado da oposição.

Para os petistas Motta foi o principal artífice da estratégia da oposição de colocar a questão da segurança pública como tema de campanha. Ele entregou a relatoria do Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo governo Lula, a um secretário do governador de São Paulo e possível candidato a presidente, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Antes, chegou a derrubar o aumento do IOF para compensar a isenção de pagamento do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil, quase inviabilizando a proposta o governo.

Para os petistas o relacionamento com Motta só tende a piorar, ainda mais depois que estourou o escândalo do Banco Master e suas ligações com o centrão.

Nos bastidores do PT circula que ainda surgirão mais denúncias contra políticos e, por isso, Motta e Guilherme Derrite tentam descapitalizar a Polícia Federal, que é de onde saem essas investigações.

A tendência, portanto, é de que o governo entre em choque com a Câmara. Por isso, a boa relação com o Senado de Davi Alcolumbre se tornaria cada vez mais necessária.

ca de dez vezes mais do que recebe da União, enquanto outros estados recebem até dez vezes o que arrecadam. Mesmo assim, lidera rankings de competitividade, segurança e empregabilidade. É um caso raro no Brasil de entrega consistente de resultados apesar das estruturas federativas.

O desafio demográfico reforça a necessidade de planejamento. Segundo o IBGE, Santa Catarina ultrapassará o Rio Grande do Sul em população até 2046 e poderá superar o Paraná mais adiante. Isso pressiona infraestrutura, logística, habitação e governança metropolitana. Não há sustentabilidade possível sem pactuação entre entes federados.

A maior ironia do momento é que os desesperançados da Venezuela, país cuja trajetória ainda encontra defensores ideológicos no Brasil, escolhem Santa Catarina como destino. Escolheriam o Rio de Janeiro se fosse mais seguro. Migrações seguem oportunidades reais, não narrativas políticas. O estado que recebe centenas de milhares de pessoas em um único ano não pode ser acusado de exclusão. É, na verdade, vítima de seu próprio sucesso e da má vontade de setores que preferem o discurso ao dado.

O prefeito Topázio está correto ao apontar limites e responsabilidades. Florianópolis está correta ao exigir cooperação. Santa Catarina está correta ao defender a sustentabilidade de seu modelo. E o Brasil só amadurecerá quando superar infantilismos ideológicos e aprender com quem entrega resultados.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

EDITORIAL

O setor público e a diversidade de gênero

A falta de diversidade na esfera pública é um problema estrutural que compromete não apenas a representatividade, mas a própria qualidade do debate democrático. Quando olhamos para quem ocupa cargos de liderança, aparece na mídia, toma decisões políticas ou influencia a formulação de políticas públicas, percebemos um padrão que se repete: são, majoritariamente, as mesmas vozes, os mesmos grupos sociais, as mesmas experiências. Essa homogeneidade não é fruto do acaso, mas resultado de barreiras históricas que limitam a participação plena de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outras minorias sociais.

O problema começa pelo acesso desigual às oportunidades. A esfera pública costuma exigir capital cultural, redes de contato e recursos que muitos simplesmente não têm. Mesmo quando indivíduos de grupos sub-representados conseguem superar essas barreiras, enfrentam ambientes hostis, marcados por racismo, machismo, capacitismo e preconceitos sutis que minam credibilidade e participação. Assim, a falta de diversidade não é apenas ausência de corpos diferentes, e sim a presença ativa de mecanismos de exclusão.

Outro agravante é a persistência de uma ideia de neutralidade que, na prática, favorece sempre os mesmos grupos. Há quem defenda que competência é a única medida necessária, ignorando que critérios de “competência” frequentemente são moldados por uma cultura dominante que reconhece mais facilmente o mérito de quem se parece com ela. A esfera pública não é um terreno neutro: ela reflete hierarquias de poder

profundamente enraizadas.

Essa falta de diversidade tem consequências concretas. Decisões importantes são tomadas sem considerar a realidade de grande parte da população. Políticas públicas que não contemplam a pluralidade de vivências tendem a ser ineficazes, injustas ou excludentes. Além disso, o debate público empobrece quando é conduzido por poucos, já que perde complexidade, criatividade e capacidade de inovação. Sociedades diversas tendem a produzir ideias mais ricas e soluções mais abrangentes, justamente porque enxergam o mundo a partir de múltiplas perspectivas.

Também é preciso reconhecer que a ausência de diversidade afeta diretamente a confiança nas instituições. Quando as pessoas não se veem representadas, sentem que suas demandas não são levadas a sério. Isso enfraquece o engajamento cívico e alimenta descrença política. A representatividade, portanto, não é apenas um gesto simbólico, mas um pilar essencial para fortalecer a democracia.

Promover diversidade na esfera pública exige ações concretas: políticas de inclusão, ampliação de espaços de fala, combate ativo às discriminações e revisão dos critérios que regulam acesso e participação. Não basta abrir portas: é preciso garantir que todos tenham condições reais de atravessá-las.

A falta de diversidade não é um problema inevitável; é um sintoma de escolhas políticas, culturais e institucionais. E justamente porque é resultado de escolhas, que pode ser transformado. A esfera pública só cumprirá plenamente sua função quando refletir, em sua complexidade, a sociedade que pretende servir.

Cinema e tecnologia no Rio de Janeiro

A maior graça do cinema é que a 7ª Arte pode ser utilizada para debater e conscientizar diversos temas da sociedade. E é isso que a Mostra Tecnologia e Cinema, que acontece na próxima terça (25), no Cinesystem Belas Artes Botafogo, no Rio de Janeiro, busca.

O clássico ‘Blade Runner’ (1982) será o destaque da próxima edição da Mostra, que propõe um diálogo entre cinema e inovação, e convida o público a refletir sobre como as tecnologias moldam a sociedade e o imaginário coletivo. Em sua nova sessão, o evento revisita o filme que revolucionou a ficção científica ao abordar temas que seguem cada vez mais atuais, como inteligência artificial, identidade e ética na criação tecnológica.

A exibição será seguida de um debate com Paula Martini, futurista, especialista em inovação e tecnologia e fundadora da

Internet das Pessoas, iniciativa voltada para o letramento digital e a educação midiática. A mediação ficará por conta de Célia Noel, coordenadora-geral de pós-graduação no Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio).

Para Martini, ficção científica é especulação. “Embora fale de futuros, ela nasce no presente, e pode carregar perspectivas distópicas ou utópicas. Em tempos de virtualidade, assistir e debater presencialmente as camadas desse clássico pode nos ajudar, também, a refletir onde estamos investindo a energia do nosso presente, e sobre que tipo de futuros, desejáveis ou indesejáveis, estamos optando por especular”, afirma.

Lançado em 1982, Blade Runner fala sobre um futuro dominado por grandes corporações e tornou-se uma referência cultural e um dos filmes mais influentes da história.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.